
DEBATE & CRÍTICA

Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão. Coord. Maria Lurdes Rosa e Paulo F. O. Fontes. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2000. 312 p.

Na colecção «História Religiosa – Fontes e Subsídios» o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa incluiu um volume que reúne não só as contribuições de conferencistas e professores dos I e II Cursos de Arquivística Religiosa, realizados em 1997 e 1998 pelo mesmo Centro, em Lisboa e no Porto, mas também a palestra de abertura de um seminário de diplomática eclesiástica. Trata-se, pois, do corolário lógico de um processo de formação e afirmação de um domínio de aplicação da prática e do conhecimento arquivísticos, designado, para uns, de religioso e, para outros, de eclesiástico.

Brigitte Waché no seu texto «Archives religieuses et recherche historique» (p. 11-52) usa os dois qualificativos – eclesiástico e religioso – para situações diferentes, inferindo-se da sua exposição que a maior parte dos arquivos citados resultam naturalmente de um contexto orgânico institucional (eclesial) a que, como é óbvio, anda associada a dimensão religiosa (espiritual, teológica e litúrgica). Como historiadora francesa não surpreende, aliás, que a sua abordagem dos arquivos surja enfeudada a uma perspectiva historicista herdada sobretudo da segunda metade do século XVIII, do subsequente desenvolvimento do método histórico através do contributo das então chamadas «ciências auxiliares» (diplomática, paleografia, numismática, arquivística, etc.) e da consagração de certas noções operatórias como a de «fundo».

A mesma perspectiva, com refinamentos, aparece no texto da religiosa canadiana Lucille Potvin, intitulado «Contribution pour la définition d'une politique des archives religieuses», inevitavelmente associado à produção teórica de Carol Couture, Jean-Yves Rousseau e outros arquivistas do Quebec consubstanciada na fórmula «arquivística integral» e com a vantagem conceptual de apresentar logo no início esta definição: «*Est considéré comme archives religieuses l'ensemble des documents, quelle que soit leur date ou leur nature, produits et reçus par un organisme religieux pour ses besoins ou l'exercice de ses activités et conservés pour leur valeur d'information générale*» (p. 56).

Na definição em destaque surge, aliás, o elemento que permite contestá-la com relativa facilidade: a referência a um organismo religioso, ou seja, a uma entidade organizacional ou instituição animada nos seus objectivos fundacionais por uma missão de raiz ou inspiração religiosa. Assim sendo, estamos perante uma Igreja, uma Ecclesia ou uma Seita/Movimento organizado com líderes e seguidores que produz/recebe informação no desenrolar da sua actividade. Significa isto que a entidade ou instituição específica corresponde um sistema de informação ou arquivo, entendido por nós como uma unidade sistémica que compreende a estrutura organizacional geradora, a respectiva memória ou capacidade acumuladora de informação e a inerente/consequente (re)utilização e acesso permanente para uso interno ou externo. Trata-se de uma acepção que antecede e supera a noção restrita e excessivamente datada de Arquivo/serviço (mais ou menos público) criado após a Revolução Francesa para cus-

todiar documentação e prepará-la de modo a ficar acessível aos investigadores, com predomínio dos historiadores. Abre-se aqui um parêntesis de chamada de atenção: a preocupação de escrever uma História renovada, exacta e científica (matriz positivista) implicou a criação de estruturas organizacionais (os Arquivos Nacionais e seus «braços» a nível regional, provincial, distrital e municipal) destinadas a permitir essa actividade académica e profissional em expansão – a do historiador a tempo inteiro –, o que na prática significou pegar na informação possuída pelos seus originários produtores, incorporá-la nessas estruturas artificiais e ajustá-la organicamente (os planos de classificação pretensamente organico-funcionais reafirmados pelos arquivistas-paleógrafos franceses do célebre *Manuel d'Archivistique* (1970) são instrumentos pensados ingenuamente para as necessidades exclusivas dos investigadores) aos imperativos da produção historiográfica profissional. Aliás, é a óbvia a influência historicista que leva as autoras citadas e os organizadores do volume de actas aqui recenseado a enfatizar o qualificativo religioso em detrimento do eclesiástico. Ao invés desta clara tendência preferimos valorizar aquilo sem o qual nunca poderia, nem poderá haver Arquivo/serviço – o sistema de informação ou arquivo total indissociável da entidade que o gerou, desenvolveu e alimenta ou alimentou até à sua eventual extinção.

Partindo da linha divisória que nos separa de Brigitte Waché e de Lucille Potvin várias discordâncias são possíveis e até inevitáveis, bastando aqui sublinhar esta como a principal: não entendemos, ao contrário de Lucille Potvin, a Arquivística como disciplina que «*permet la gestion intégrée de l'information produite ou reçue par chaque organisme c'est à dire, pour nous, par les organismes qui possèdent des archives religieuses*» (p. 64), porque antes de mais não nos parece logicamente rigoroso insistir na ideia empírica e falaciosa de que o arquivista gere a informação: esta não se gere, gera-se! Eis uma abissal diferença que a desatenção de muitos tem consentido que passe despercebida ou ingorada! O arquivista não tem de gerir nada, porque ele não produz o fluxo informacional e muito menos desempenha o papel de gestor, executivo ou agente administrativo que toma decisões e regista como informação todos os actos de gestão. O arquivista pode e deve acompanhar e interferir nesse processo, mas com uma postura científico-prática que permanece ainda muito afastada do seu papel quotidiano, reduzido ontem e hoje à condição de «guarda-papéis», réplica ou ómulo do «pisa-papéis» e não do «guarda-livros» que era, na prática, um contabilista, isto é, um funcionário especializado em contabilidade e *pour cause* produtor, organizador e (re)utilizador dos seus livros de contas, balancetes, etc. – um «arquivista» nato!

Considerámos que ao arquivista cabe sobretudo compreender o processo de gestão e de circulação de informação no(s) respectivo(s) contexto(s), interpretá-lo à luz de quadros teóricos mais finos e eficientes (superando, de vez, o pobre «cabaz teórico» oitocentista do princípio da proveniência, do respeito da ordem original e da noção de «fundo», aumentado no século XX com a pretensa «teoria das três idades») e possibilitar, conseqüentemente, uma melhoria substancial da sua função uso, isto é, da possibilidade de um acesso exaustivo à informação sem quebra ou omissão da correlativa totalidade sistémica. Ao redenharmos desta forma o papel do arquivista estamos a libertá-lo do estigma custodial, que os colegas candianos, apesar de enfatizarem tanto a noção de arquivo integral, mantêm subjacente à sua teoria e prática: a figura do arquivista, dentro de uma políctica canadiana de arquivos religiosos, é o zelador e responsável pela conservação dos «*registres et documents écrits de la Congrégation afin qu'ils demeurent disponibles, au besoin, aux membres de l'Administration générale et des administrations provinciales, aux chercheurs, tout en respectant la confidentialité*» (p. 68). Ele continua sendo, assim, o que em certa medida era antes de 1789-90 e sobretudo passou a ser após o marco revolucionário. Não há, portanto, mudança de

paradigma se lermos com atenção os autores canadinaos nossos coevos. E no entanto devia haver...

Com o devido respeito, entendemos que o processo histórico geral, sobretudo no pós entre guerras (1914-1945), provocou alterações conjunturais e acentuou certas mudanças estruturais com impacte directo no processo informacional, o que permite inferir um novo paradigma larvar no seio da Ciência da Informação, campo unitário de conhecimento que está ainda emergente e sujeito, por isso, a um debate vivo sobre a sua natureza, mas que não obstante as diferentes tendências ainda em confronto, integra tanto as práticas empíricas arquivísticas e biblioteconómicas, como os expansivos sistemas tecnológicos de informação e comunicação. Perante o paradigma pós-custodial e científico que se perfila deixa de haver diferenças epistemológicas (e portanto corporativas...) entre arquivista, bibliotecário e especialista em STIC, para se impôr cada vez mais irreversivelmente o cientista e profissional da informação, seja esta pessoal ou institucional, governamental ou eclesiástica.

Clarificada a nossa posição teórica perante as conferências citadas (e especialmente a da autora canadiana) doutrinarivamente mais pretensiosas, podemos prosseguir a nossa apreciação louvando o acerto do título proposto por D. Francisco Marchisano, Presidente da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, «El Archivo, el Archivero y la Archivística Eclesiástica» (p. 101-113), embora nos apeteça comentar alguns dos seus pressupostos básicos, como, por exemplo, a afirmação de que «*Los archivos de la Iglesia constituyen por su misma esencialidad el instrumento, mediante el cual la Iglesia conserva celosamente la memoria histórica de la vivencia de la fe en las pasadas generaciones*», à qual contrapomos uma ideia algo diversa: os arquivos da Igreja são, enquanto informação vivida e acumulada, a memória institucional de uma acção organizada (institucionalizada) e de uma missão pastoral partilhada e difundida (dimensão espiritual e pastoral). A leitura histórica dessa memória é-lhe exógena e veiculada pelos investigadores, nomeadamente os cientistas sociais e historiadores. Mas apesar desta e de outras *nuances*, consideramos o texto Marchisano de leitura proveitosa e imprescindível para a correcta compreensão da origem, evolução e contexto orgânico-funcional do «Archivo Eclesiástico». E do mesmo autor há outra contribuição de interesse intitulada «La Función Pastoral de los Archivos Eclesiásticos», que reflecte sob o ambíguo e genérico intuito de «*conservación, valoración y transmisión de los Bienes Culturales*» a preocupação pontifícia de reforçar e perpetuar, através da conservação da memória eclesiástica (no seu sentido lato ou integral), o papel religioso da Igreja Católica Apostólica e Romana junto das gerações futuras. Em termos modernísimos poderia dizer-se que em jogo está o papel estratégico (não fundamentalmente económico ou político, mas simbólico-religioso) da informação produzida/recebida por uma determinada entidade institucional de âmbito internacional.

Para o contexto histórico português é bastante útil e pertinente a panorâmica sobre a génese e evolução dos arquivos eclesiásticos até 1983 traçada por José Paulo Abreu (p. 129-162). E o mesmo comentário é extensivo ao contributo apresentado por Pedro Penteado sob o título «Arquivo de Confrarias e Irmandades: Alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística» (p. 165-188), muito válido pelo objectivo que o anima, assaz influenciado pela «escola» canadiana: «Referimo-nos, em primeiro lugar, à necessidade das actuais confrarias e irmandades portuguesas terem uma política integrada de gestão de arquivos, direccionada para a globalidade do seu sistema arquivístico e não apenas para uma das suas parcelas» (p. 166). É, sem dúvida, consensual a ênfase numa perspectiva integral apregoada por Carol Couture e colegas, mas isso só não basta para um avanço substancial e decisivo: há que mudar de paradigma!

Esta afirmação é de alguma forma ilustrada pelas interessantes achegas de Maria Olinda Alves Pereira condensadas em «O Arquivo como reflexo da orgânica e funcionamento das Misericórdias» (p. 191-238). A análise institucional e tipológica da informação produzida/recebida pelas Misericórdias desde a sua origem até hoje a que a autora procedeu com minúcia e proveito constitui a parte valiosa do seu trabalho. A parte discutível da sua proposta surge no final com a classificação: que adianta uma fina análise da génese e evolução estrutural de uma entidade para no fim se propor com efeito aplicacional retroactivo um «quadro de classificação» essencialmente temático com rubricas anacrónicas («A. Constituição, Organização e Regulamentação», «B. Planeamento e Controlo de Actividades», «C. Gestão do Património», «D. Gestão de Pessoal», «E. Gestão da Informação e Documentação», «F. Gestão Financeira», «G. Relações Públicas», «H. Contencioso» e «I. Actividades Assistenciais») que nunca passariam pela cabeça de um irmão «arquivista» dos séculos XVII, XVIII e XIX? Esse quadro é aceitável como classificador em uso nos actuais Serviços Administrativos das Misericórdias, mas sem aplicação retroactiva, isto é, abrangendo também a documentação produzida durante os séculos atrás referidos. A falta de uma concepção teórica sistémica possibilita estas incongruências e anacronismos.

Sobre o contributo de Fernando de Lasala, s.j., «Actualidad de la diplomática eclesiástica: importancia socio-cultural e histórica de los documentos eclesiásticos» (p. 241-260), queremos deixar aqui apenas umas breves notas, necessariamente polémicas, mas que entendemos necessárias: à luz do *corpus* epistemológico da Ciência da Informação, que integra a disciplina arquivística, a diplomática tem a ver com a crítica interna e externa dos diplomas e documentos inscrita no método histórico, ou seja, é um exercício de hermenêutica historiográfica. Posta a questão nestes termos podemos afirmar que para o arquivista, enquanto cientista da informação, a diplomática tem outro nome e outros contornos teórico-práticos englobados sob a designação de «análise de conteúdo», há décadas praticada por bibliotecários e indispensável como indexação, feitura de *thesauri* e formas controladas de acesso fino à informação. Para o arquivista, ao invés do diplomata-historiador, não interessa apurar se o documento x ou y é autógrafa ou apócrifo, embora deva anotar esta indicação se for possível, mas precisar o contexto de produção desse documento e tornar actual e eficiente o acesso à sua informação. É uma diferença substancial de objecto e método!

Nuno da Silva Gonçalves, também jesuíta e Secretário da Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja em Portugal, fez uma curta «Intervenção na Mesa-Redonda do 2.º Curso de Arquivística Religiosa (Porto, 12.09.98)» (p. 263-265), compaginável com a orientação geral expressa por D. Francisco Marchisano.

O volume termina com instrumentos de extrema utilidade: uma «Bibliografia Geral sobre Arquivística Religiosa» por Maria de Lurdes Rosa (p. 269-277) e uma secção de *Anejos*, que inclui a «Carta Circular, A Função dos Arquivos Eclesiásticos» (p. 281-298) e o «Plano de Trabalho para o Desenvolvimento integrado da Arquivística Religiosa em Portugal» (p. 281-309) – instrumento generoso e meritório nos seus objectivos práticos, mas muito frágil na sua fundamentação teórico-científica.

Encerramos esta já longa recensão com um sentido louvor à iniciativa de historiadores da Igreja e do fenómeno religioso, que os arquivistas e profissionais deverão no futuro saber aproveitar melhor, afirmando aí, sem equívocos e limitações, das duas uma: ou a condição de técnicos auxiliares da História ou cientistas e profissionais do fenómeno/processo informacional.

Braga, Fev. 2001

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA